

Geografias indígenas no/do Mato Grosso do Sul

Indigenous geographies in Mato Grosso do Sul

Geografías indígenas en Mato Grosso do Sul

Juliana Grasiéli Bueno Mota

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.
e-mai: julianamota@ufgd.edu.br

Jones Dari Goettert

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.
e-mail: jonesdari@ufgd.edu.br

Sublinhamos a importância da presença indígena nos primeiros séculos da história do Brasil. Não se trata de um simples “resgate” do homem esquecido, nem de uma exaltação dos oprimidos ou vencidos da história. Antes, procuramos demonstrar que a história, embora escrita e distorcida por uma pequena minoria com interesses próprios, foi feita e vivida por agentes muitas vezes desconhecidos. De fato, a história dos índios apresenta um claro exemplo da omissão de um ator significativo nos livros de história mais convencionais.

John Manuel Monteiro, 2000.

Qualquer estimativa da população global de 1500 terá de levar em conta fatores históricos, tais como efeitos diferenciados das doenças sobre povos distintos e os movimentos espaciais de grupos indígenas em decorrência do contato, entre outros.

John Manuel Monteiro.1994.

De 1492-1500 aos dias atuais, as histórias e trajetórias dos Povos Indígenas passaram por profundas transformações socioespaciais em decorrência do contato com o não-índio. Hoje, mais do que nunca, é necessário um olhar atento às existências indígenas, que até a virada do século XV para o XVI eram construídas sem qualquer relação com o mundo ocidental. Cada povo, a seu modo de ser, viver e pensar o mundo, estabelecia um conjunto de interrelações com outras gentes *ameríndias*, diferenciando-se pelo/no contato. Nesse sentido, o não indígena é somente mais um povo que os mais diversos povos nativos, ao longo de suas histórias-trajetórias, estabeleceram relações e negociaram suas concepções e existências de/desse/nesse mundo.

Antes mesmo que qualquer não indígena “botasse o pé nas terras dos índios”, como certa vez enfatizou o Kaiowá Admiró¹, os índios, em sua multiplicidade, habitavam vastos territórios e estabeleciam relações entre si, fossem elas por meio de alianças ou por meio de conflitos, incidindo na produção de seus territórios com a conformação de fronteiras étnicas (Barth, 1998), onde e nas quais cada povo se (re)produzia em seu modo de ser e viver. Momentos como esse da história dos índios são narrados como o espaço-tempo da liberdade, onde/quando as cercas das propriedades privadas não existiam e, conseqüentemente, não apartavam as gentes indígenas de seu bem viver.

As histórias e trajetórias dos índios, antes do (des)encontro com o branco, têm sido reconstruídas densamente, sobretudo, no campo da História Indígena e da Antropologia. É importante, inclusive, refletirmos que o potencial radical da Antropologia tem sido “afirmar que outros mundos são possíveis” (TSING *apud* CARDOSO, 2018, p. 397) – que aponta, para nós, geógrafas e geógrafos, *outros espaços possíveis*.

O grande desafio posto para a Geografia é/será sempre repensar e dialogar com esses *outros espaços possíveis*, inclusive refletir como nossas imaginações geográficas podem/poderão pensar (os serem repensadas com) os mais diversos povos, que estão construindo suas lutas e existências no aqui-agora. A geógrafa Doreen Massey (2008), em seu livro *Pelo Espaço*, nos oferece uma importante reflexão acerca das diversas concepções, dimensões ou imaginações geográficas, em que é possível pensar e fazer o espaço. O *exercício analítico* de Massey se inicia com uma das diversas histórias da chegada de europeus ao continente americano: o (des)encontro entre Fernão Cortés (espanhol) e Montezuma (“imperador” Mexica), na conquista do que é hoje a Cidade do México (*Tenochtitlán*).

Para a autora, a forma como imaginamos o espaço implica no modo como podemos pensar as narrativas dessas ou outras conquistas. Ao questionar a concepção ocidental de espaço-superfície, propõe uma abordagem alternativa de espaço: imaginá-lo como uma simultaneidade de *estórias-até-agora*. Imaginar assim o espaço, permite entender que, apesar de sabermos que as conseqüências do “encontro” foram desiguais nas interações entre índios e não-índios, os primeiros

¹ Em setembro de 2011 o Kaiowá *ñanderu* Admiró narrou a história de sua família, nessa narrativa pontuava a chegada do “branco” e as transformações vivenciadas pelos povos Kaiowá e Guarani.

também estavam produzindo “suas próprias trajetórias, próprias histórias específicas e o potencial para seus próprios, talvez diferentes, futuros” (MASSEY, 2008, p. 24).

A despeito desse revolucionário olhar de Massey, nos atrevemos a afirmar que a Geografia parece estar longe de conceber os índios como protagonistas de suas próprias histórias-trajetórias, pois persiste a coloquial e reducionista visão dos índios-vítimas. Essa persistência reproduz uma Geografia que ainda tem dificuldade de compreender o outro – indígena – como sujeito capaz de tomar suas decisões, de ser construtor de histórias e trajetórias que não lhe são alheias, mas, também, produto de suas próprias intenções e aspirações.

De algum modo, parece que a Geografia ficou ausente do debate em torno desses *outros mundos possíveis* que atravessa a temática indígena, sobretudo, no que tange à compreensão da particularidade das formas de lutar contra o colonialismo. Vale ressaltar que cada povo indígena é o mundo, o que coloca em xeque teorias amparadas em modelos cartesianos-ocidentais. Ousamos, nesse debate, lançar uma provocação à Geografia Agrária brasileira: “O que podemos aprender com os povos indígenas sobre a complexidade de suas lutas por terra-território?” Inclusive, coloca-se aqui um outro desafio: reaprender o sentido de terra-território a partir desses *outros mundos possíveis* que estão sendo construídos e que são desconhecidos pela Geografia. O que nos leva a outra questão: “Estamos prontos para o desafio de reconhecermos e lutarmos pela existência das Geografias indígenas?”

Em meio a essa crítica de cunho mais geral, ressaltamos que há um aspecto positivo que se manifesta no fazer geográfico brasileiro: o despertar e o contínuo crescimento de pesquisas sobre a temática indígena, apontando para a emergente necessidade de se pensar esses povos em sua complexidade e diversidade. Os estudos também reivindicam um aprofundamento teórico e metodológico, que avance sobre a simplista definição desses sujeitos comumente aglutinados sob a noção de “comunidades tradicionais”, ou a ainda insistência em admiti-los como “camponeses”. O desafio para construirmos *outras geografias possíveis*, as Geografias Indígenas, e o espaço que os índios irão ocupar na Geografia, no presente e no futuro, está em aberto.

Nesse aspecto, Cunha (1992, p. 18) faz uma importante advertência:

Por má consciência e boas intenções, imperou durante muito tempo a noção de que os índios foram apenas vítimas do sistema mundial, vítimas de uma política e de práticas que lhes foram externas e que os destruíram. Essa visão, além de seu fundamento moral, tinha outro, teórico: é que a história [também a geografia], movida pela metrópole, pelo capital, só teria nexos em seu epicentro. A periferia do capital era também o lixo da história. O resultado paradoxal dessa postura “politicamente correta” foi somar à eliminação física e étnica dos índios sua eliminação como sujeitos históricos [e geográficos].

A autora escreveu tal afirmação na década de 1990, no livro pioneiro “História dos índios no Brasil”, inaugurando no campo historiográfico um modo de pensar e analisar a trajetória dos povos indígenas. O livro demarcava a invisibilidade dos índios no espaço-tempo dos nossos olhares acadêmicos, presente na forma como narramos a própria história/geografia do Brasil: sempre iniciando em 1500... (CUNHA, 1992).

O excerto reproduzido parece ser pertinente às geógrafas e aos geógrafos, que têm como desafio suscitar outras imagens sobre os índios, uma necessária tarefa de des-mistificar a visão reducionista colonialista que impera na(s) Geografia(s) que busca(m) se debruçar sobre os povos indígenas.

Nesse Dossiê, Geografias Indígenas no/do Mato Grosso do Sul, o desafio é tornar visível a conformação socioespacial e as Re-existências dos povos indígenas em terras marcadas por uma atuação hegemônica do “agrohidronegócio” (conforme construção conceitual de THOMAZ JUNIOR, 2010).

De acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), o Mato Grosso do Sul – antigo sul de Mato Grosso – é o estado brasileiro com a segunda maior população indígena. Nesse estado viviam, aproximadamente, 77.000 pessoas autodeclaradas indígenas, pertencentes a 11 etnias: Guarani e Kaiowá (família linguística tupi-guarani); Terena e Kinikinau (família linguística arawak), Kadiwéu (família linguística guaicuru); Guató (tronco macrojê); Chamacoco e Ayoreo (língua zamuco); Atikum e Camba (cada um com a língua original isolada). Atualmente, não são falantes da língua original os Guató (tronco macrojê) e os Ofaié e/ou Ofaié-Xavante (tronco macrojê) (CHAMORRO, COMBÈS, 2018; ISA, 2019).

Tanto pelos números estatísticos que apontam a diversidade étnica, mas, principalmente, pelo conjunto de cosmogeografias que estão sendo construídas pelos povos indígenas, Bartomeu Melià (2018, p. 17) fez uma importante afirmação: Mato Grosso (do Sul) é um estado indígena.

Os povos indígenas não estão no fim da história, senão no início de um futuro diferente. Quem tem tido a oportunidade de estar com eles sabe de sua sabedoria e dos horizontes que ela nos tem aberto para pensarmos o bem viver; sabe da esperança de que outro mundo foi e é possível. Se os povos indígenas não existissem, teríamos que inventá-los. Mas não é necessário, eles se reinventam a cada dia e amanhecem de novo a cada manhã (MELIÀ, 2018, p. 17).

Cada texto que compõe o dossiê demonstra o **protagonismo** dos povos indígenas do passado e do presente na construção de futuros. A presença indígena no Mato Grosso do Sul demarca que os índios, e somente eles, são autônomos para construir seus próprios futuros. Pode parecer insistência a repetição, mas é necessário sempre lembrar: existe um persistente mito em determinados setores da sociedade (e política) sul-mato-grossense, e até mesmo acadêmica, de que os índios que reivindicam seus territórios étnico-ancestrais estariam/estão sendo “insuflados e dirigidos” por interesses recônditos de determinadas organizações indigenistas.

A ideia de passividade dos indígenas é muito recorrente nos argumentos utilizados pela classe ruralista brasileira, à qual entende que “por trás” das reivindicações indígenas há sempre um não-indígena (normalmente um pesquisador-antropólogo ou uma instituição como o Conselho Indigenista Missionário ou a Fundação Nacional do Índio). Ainda, inclusive em espaços acadêmicos, vê-se discursos de que os indígenas estariam a copiar estratégias de lutas de outros movimentos sociais, e seriam eles, e não os indígenas, os protagonistas de suas ações sociopolíticas!

Desse modo, persiste uma dificuldade, inclusive entre os mais bem-intencionados, em reconhecer os índios como protagonistas de suas histórias-trajetórias. Percebe-se, em vários momentos, um completo desconhecimento das estratégias de lutas dos povos indígenas e, sobretudo, o *intrigante* imaginário social e colonialista de que o índio é incapaz de tomar suas próprias decisões.

Os povos Guarani e Kaiowá têm tido visibilidade em todo o mundo. Notícias que apontam a situação de conflito e violência, envolvidos em alarmantes ocorrências de “ocupações” de terras, no qual preferimos fazer uso do conceito de **Retomada**, por tratar-se de seus territórios étnicos. Tais ocorrências aparecem como uma espécie de novidade, inclusive na academia, de que os indígenas passaram a construir formas de lutas por seus territórios somente em tempos recentes.

Uma vasta literatura historiográfica tem afirmado que as práticas de re-existência indígenas são constituintes de sua própria formação e processo. Por

exemplo, os Kaiowá foram “descobertos” pelo mundo colonial entre os anos de 1750 e 1760, através do Tratado de Madrid (Meliá, G. Grünberg, F. Grüberg, [1976] 2008, p. 13). Aparecem na literatura historiográfica como os Caaguá, considerados descendentes dos *Itatines*, e parte de seu povo foi reduzido pelas missões jesuíticas, cujo convencimento se deu pelo argumento de fugirem dos *encomendeiros*². Outra parte se refugiou no mato, longe dos colonizadores (aliás, a própria palavra “kaiowá” tem origem em *ka’agua*, que, em tradução para o português, seriam aqueles que *vivem na mata!*).

Dito de uma forma breve: os *Itatins* que não se deixaram reduzir são os Kaiowá contemporâneos que resistiram na mata ameaçados pela “la conquista española, el empuje *guaycurú*, las incursiones bandeirantes-*tupies* y las inquietudes tribales en la otra ribera del rio Paraná” (SUSNIK, 1965, p. 40). Ainda foram os mais atingidos pela penetração dos bandeirantes paulistas, a partir de 1632.

É importante ressaltar que os Kaiowá, assim como os mais diversos povos indígenas, têm uma longa história de luta para continuarem a existir e formas singulares de defesa de seu território étnico. Portanto, os índios nunca deixaram de lutar, e por isso re-existem. Cabe a nós, geógrafas e geógrafos, reconhecermos que as lutas indígenas sempre existiram e que sabemos pouco sobre suas geografias de Re-existência. Hoje, nos processos contemporâneos de reivindicações de seus territórios, o **passado é trunfo**, pois é ele quem legitima o direito originário sobre as terras dos índios. O passado ampara o *direito pelo território* em referência a sua ancestralidade. Tal direito é, de certa forma, até inegável pelos ruralistas, por isso a frequência da narrativa na qual salienta-se que: se demarcar as terras reivindicadas pelos índios, ter-se-ia que demarcar todo o país³!

Em Mato Grosso do Sul existem mais de 40 acampamentos indígenas de retomada. Somente nos municípios de Dourados e Caarapó, em 2017, existiam mais de 20! Seus “nascimentos” e suas “mortes” estão diretamente vinculados aos territórios étnicos historicamente usurpados, eclodindo nas últimas décadas na

² “A *encomienda* consistiu na concessão temporária de um certo número de indígenas aos cuidados de um senhor, o *encomendero*, que devia catequizar e proteger os indígenas a ele *encomendados* em troca dos serviços prestados como tributo. Apesar de concebido como um dispositivo legal para apaziguar a escravidão, a instituição acabou servindo de cobertura para novas expedições armadas, a fim de capturar novos indígenas, pois os já incorporados à colônia tinham se acabado ou já não atendiam à demanda” (CHAMORRO, 2008, p. 112).

³ Tal afirmação foi feita pelo presidente da Federação da Agricultura e Pecuária Mato Grosso do Sul (FAMASUL) no documentário A sombra de um delírio verde.

explosão de conflitos com os proprietários de terras, que tomam medidas judiciais para a reintegração de posse e, consecutivamente, o despejo das famílias indígenas. Parte expressiva desses acampamentos são de famílias Guarani e Kaiowá e tem uma relação direta com a impossibilidade de viverem em Reservas Indígenas (MOTA, 2011; 2015), criadas no início do século XX pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

Cada acampamento-retomada tem suas particularidades, ressaltando que sua existência não é somente o re-avivamento de território étnico – a exigência que o Estado reconheça propriedades privadas como terras indígenas –, mas, também, a possibilidade de reconstrução de um modo bom/ideal de ser e viver, o *teko porã*, sempre em referência a um modo originário de ser.

Através dos trabalhos de Pereira (2006; 2007; 2010), Mota (2011; 2015), Benites (2014), Crespe (2009; 2015) e Moraes (2017) destacamos alguns pontos para pensarmos os acampamentos-retomadas indígenas, que se diferem, desde sua origem, dos acampamentos dos movimentos sociais em luta pela Reforma Agrária.

- Os acampamentos-retomadas são construídos nos territórios étnicos ancestrais. Consolidam-se através de barracos de lona preta ou branca, ou sapé, às vezes levantados nos fundos de pasto, ao longo de córregos e rios, próximos a olhos d'água; às vezes na beira das rodovias, em Reservas Indígenas e nas cidades. Sua existência implica uma condição de “provisoriedade”, a aguardar o efetivo reconhecimento do Estado através da identificação e demarcação;
- Toda retomada é um processo de insistência, teimosia e rebeldia dos índios para reaverem seus territórios étnicos;
- Toda retomada é marcada pelo desejo de que a natureza possa se reconstituir, transformando a paisagem dos territórios do “agrohidronegócio” – marcadas profundamente pelos impactos da exploração econômica, seja com o gado, a soja, o milho ou a cana; e
- Os acampamentos-retomadas se constituem como possibilidade de viver ao modo dos antepassados, na relação solidária entre humanos e não-humanos.

O presente dossiê pode ser compreendido como uma pequena “retomada” de geógrafas e geógrafos, e de outras pensadoras e outros pensadores, em *retomar um território* que sempre esteve *ali*, mas à espera do despertar de um *passado* para a construção de caminhos em *futuros*. Talvez um *tape po’i* (expressão Guarani e Kaiowá que significa uma trilha, um atalho) com capacidade de se fazer um *tape guasu* (uma grande estrada), mas em contatos e diálogos permanentes com gentes, caminhos e territórios de perto e de longe, indígenas e não-indígenas, da Geografia e de fora dela.

O dossiê é formado por sete textos. O texto inaugural é escrito pelo indígena kaiowá Eliel Benites, morador da Reserva Indígena *Te’yikue*, no município de Caarapó, e também professor efetivo da Universidade Federal da Grande Dourados (no curso de Licenciatura Indígena *Teko Arandu* – Faculdade Intercultural Indígena). A abertura com o texto de Eliel não é, obviamente, aleatória: a coordenação deste dossiê entende que a possibilidade de avanço na construção de Geografias Indígenas é só possível junto com os Povos Indígenas – e Eliel, neste momento doutorando em Geografia na UFGD, é parte do esforço deste diálogo.

Segue um pouco do que é encontrado no dossiê.

Tekoha Ñeropu’ã: aldeia que se levanta, de Eliel Benites, apresenta como objetivo “refletir, a partir do diálogo com os moradores e líderes tradicionais nas retomadas territoriais do entorno da Reserva *Te’yikue* (Caarapó – Mato Grosso do Sul), os elementos fundantes que contribuem para a recomposição do *tekoha* (aldeia)”. O principal destaque “extra-texto” é – repetimos – a sua autoria: Eliel é indígena kaiowá. Dividido em duas partes principais – “Yvyrasáva: os viajantes ‘pela terra’” e “*Tekoha Ñeropu’ã: construindo tekoha*” –, a análise conclui que “Os *tekohas* se tornam vivos se existem pessoas viajando em dimensões espirituais e terrenas na busca do reconectar-se continuamente o *teko* com os *Ñane Ramóĩ Jusu*, no ensejo do *teko araguyje*. Viajar significa mover-se no tempo e nos diferentes patamares, realizando relações com os diversos *Teko Jára* e absorvendo múltiplos *teko* no encanto da trajetória da existência do ser guarani kaiowá. *Levantar Tekoha*, hoje, é retomar esta lógica da existência diante da transformação do pensar, do viver e de existir causada pela presença do modelo de ser não indígena”.

Em **Terras sem homens de bem para homens de bem sem terra**, Marco Antonio Delfino de Almeida analisa a condição Guarani e Kaiowá a partir da invocação e prática das políticas de colonização de exploração e de povoamento. Articuladas como parte do processo de imposição de uma lógica de apropriação e uso da terra,

tais políticas foram cruciais na construção da “fronteira entre natureza e cultura, entre barbárie e civilização”, atribuindo aos povos indígenas um estágio “natural” e “bárbaro”. O espaço a ser colonizado precisava ser “limpo”, “disciplinado” e “ordeiro”, pois que até então o “deserto” (as “*terras nullius*” ou Terra de ninguém) era ocupado por índios “inúteis”. O “imaginário civilizatório” foi, assim, uma *prática civilizatória*, que o autor argutamente analisa dialogando com fontes teóricas e documentais – como em documento no qual artífices da colonização insistiam na necessidade em “Tornar produtiva uma população, hoje improdutiva, é, pelo menos, tão importante como trazer novos braços”. “Braços” indígenas ou paraguaios, sobretudo, para atender a um “dono”, um “transgressor” mesmo de um território que devia ser – para atendimento de um modo de produção em expansão – novo, em eliminação de todos os elementos que ainda lembrassem o passado, um mundo-território a ser suplantado. Em termos finais, o autor destaca: “O principal motivo para eliminação do indígena não é raça, ou religião, grau de civilização, mas, simplesmente acesso ao território. Território é o elemento específico e irredutível do colonialismo de povoamento”.

O texto **Territorialidade e sustentabilidade: desafios para as comunidades Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul**, de Rosa Sebastiana Colman e Levi Marques Pereira, propõe-se a discutir “os desafios enfrentados pelas comunidades kaiowá e guarani em relação à garantia de seus territórios de ocupação tradicional e o esforço por elas realizado para assegurar suas formas de sustentabilidade”. A autora e o autor argumentam que as atuais condições sócio-territórias dos Guarani e Kaiowá inviabilizam a reprodução do “*ava reko*” e do “*teko katu*” – a forma principal de expressão cultural e do bom viver; ambas as expressões (suas materialidades e imaterialidades) se chocam com a ideia de “desenvolvimento” ocidental moderno-contemporânea. A análise é enriquecida com o diálogo com “categorias” nativas como “*Oguata*”, “*Ñane retã*”, “*Ñande rekoha*”, “*Ka’aygua*”, “*Ka’aguy*”, “*Ka’aguy jara*” e “*Jehovasa*”. Essas e outras “categorias” da cosmologia Guarani e Kaiowá ajudam na reflexão, junto às/aos indígenas, na sustentação de um modo de ser imbricado ao território, à terra, a mata – como afirma uma liderança citada no texto: “nós mesmos somos os do mato, nós somos o mato. Olha, antigamente, nós éramos do mato, fazemos parte, com os bichos, com o meio ambiente, nós somos o meio ambiente, o mato”.

A questão agrária e seus desdobramentos na retomada indígena dos territórios tradicionais em Mato Grosso do Sul é o título do texto de Sedeval

Nardoque e Danilo Souza Melo. Nele, os autores se dedicam a “apontar nuances da questão agrária e refletir sobre seus rebatimentos na questão indígena em Mato Grosso do Sul, sobretudo algumas tragédias e formas de resistência Kaiowá e Guarani”. O texto, dividido em três partes centrais – “Apropriação capitalista e ‘limpeza’ da terra no Sul de Mato Grosso do Sul”, “A violência decorrente da estrutura fundiária concentrada” e “A territorialização do capital e o protagonismo indígena na luta pela terra” –, situa os movimentos de retomada territoriais dos Guarani e Kaiowá como protagonista na luta e resistência na/pela/junto a terra-território no estado.

Solange Rodrigues da Silva e Flaviana Gasparotti Nunes, autoras do artigo **Conflitos territoriais e racionalidades divergentes: contribuições da Geografia escolar para luta e (re) existência dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul**, apresentam “reflexões sobre as possíveis contribuições da Geografia escolar enquanto elemento potencializador para reafirmação da identidade Guarani e Kaiowá, e, por conseguinte, para a luta pela retomada dos territórios por eles ocupados tradicionalmente”. Partindo “[de]A criação das Reservas indígenas nos municípios de Amambai, Dourados e Caarapó em Mato Grosso do Sul”, o texto em seguida apresenta como potência para o ensino de Geografia a apresentação e discussão do “*Jasuka* – ‘princípio do Ser e do Ser Criador’”, e como, então, outras geografias podem provocar rasuras no saber geográfico instituído.

Marcos Mondardo, em **O movimento Guarani e Kaiowá pela reapropriação social da natureza e as retomadas de *tekoha***, parte da constatação de que no “Mato Grosso do Sul existe uma geopolítica da despossessão em curso de que as maiores vítimas são os povos Guarani e Kaiowá que tradicionalmente ocupavam seus *tekoha*”. Conceitualmente, o autor dialoga com análises relacionadas à “bio/necropolítica da despossessão”, “genocídio”, “etnocídio” e “ecocídio”, sobretudo. Em contraponto às práticas de morte, destaca que “A proliferação dos acampamentos, das retomadas, das mobilizações políticas, das relações de parentesco, dos rituais, da busca da terra ‘sem males’ [...] movimenta sentidos à luta por território e fortalece os indígenas para resistirem à violência, ao genocídio e etnocídio”. Dividido em três partes – “O pluriverso dos direitos territoriais indígenas: o diálogo entre categorias nativas e da Geografia”, “Reservas, *teko* e conflitos territoriais” e “Retomadas de territórios tradicionais: acampamentos, ocupações e autodemarcações” –, o texto insiste na “descolonização do poder”, nas “multi-transterritorialidades dos Guarani e Kaiowá”

(como as retomadas dos *tekoha*) em contraponto ao “colonialismo interno” e à “institucionalização da violência”.

E Lara Dalperio Buscioli, em **O acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu em Rio Brillhante (MS): a atual conjuntura dos conflitos e das resistências**, analisa uma das dezenas de retomadas Guarani e Kaiowá no sul do Mato Grosso do Sul. Partindo de um denso trabalho de campo junto ao território de retomada, a autora, de um lado, analisa as tensões e conflitos entre comunidade e agronegócio, e, de outro, as práticas de resistência que se entrelaçam com dimensões físico-materiais (como a mata) e espiritual-imateriais (como a cosmologia) – ambas, indissociáveis. Constata e elucida, junto a suas/seus sujeitas/os da comunidade em retomada, a tragédia histórico-territorial do “*Então agro negócio está matando a nossa terra*”, protagonizado tanto por capitais nacionais quanto estrangeiros (com a produção exclusivamente mercadológica de milho, soja e cana-de-açúcar). Em contraponto, como salienta uma liderança indígena do *tekoha* Laranjeira Ñanderu, “*se a gente ganhar essa terra dá pra plantar o milho branco mesmo e rezá*”, ressaltando a indissociabilidade entre a terra plantada, o produto cultivado e o alimento/bebida tornado/a reza.

Que os textos possam despertar o interesse, a sensibilidade e a solidariedade de todas e todos na construção incessante – e urgente – das Geografias Indígenas no/do Mato Grosso do Sul, no Brasil, na América Latina, na Terra e em todos os *outros mundos possíveis*.

Referências

BENITES, Tonico. ***Rojerokyhina ha roike jevy tekohape*** (Rezando e lutando): o movimento histórico dos *Aty Guasu* dos *Ava Kaiowa* e dos *Ava Guarani* pela recuperação de seus *tekoha*. (Doutorado em Antropologia), UFRJ/PPGAS, Rio de Janeiro, 2014.

CHAMORRO, Graciela. **Terra Madura: yvy araguyje: fundamentos da palavra guarani**. Dourados: EdUFGD, 2008.

CRESPE LUTTI, Aline Castilho. **Acampamentos indígenas e ocupações**: novas modalidades de organização e territorialização entre os Guarani e Kaiowa no município de Dourados - MS (1990-2009). Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados, 2009.

_____. **Mobilidade e temporalidade kaiowá**: do *tekoha* à reserva, do *tekoharã* ao *tekoha*. Tese (Doutorado em História) – UFGD, Dourados, 2015.

GADELHA, R. M. **As Missões Jesuíticas do Itatim**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MELIÀ, Bartomeu; GRÜNBERG, George; GRÜNBERG, Friedl.. **Los Paí Tavyterã**: etnografía guarani del Paraguay contemporáneo. Asunción: CEADUC – CEPAG, [1976] 2008.

MELIÁ, B. M. **Pai-Tavyterã**: etnografía guarani del Paraguay contemporáneo. Asunción: 2008.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios e territorialidades Guarani e Kaiowa**: da territorialização precária na Reserva Indígena de Dourados à multiterritorialidade. (Mestrado em Geografia) - UFGD, Dourados, 2011.

_____. **Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá**: diferenças e as lutas pela Des-colonialização na Reserva Indígena de Dourados e acampamentos-tekoha-Dourados/MS. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2015.

MORAIS, Bruno Martins. Do corpo ao pó: crônicas da territorialidade kaiowá e guarani nas adjacências da morte. São Paulo: Elefante, 2017.

PEREIRA, Levi Marques. Assentamentos e formas organizacionais dos Kaiowá atuais: o caso dos “índios de corredor”. **Revista Tellus**, Campo Grande: UCDB, Ano 6, n. 10, p. 69-81, 2006..

_____. Mobilidade e processos de territorializações entre os Kaiowá atuais. **Revista História em Reflexão**, Dourados: UFGD, vol. 1, 2007.

_____. Demarcação de terras kaiowá e guarani em MS: ocupação tradicional, reordenamentos organizacionais e gestão territorial. **Revista Tellus**, Campo Grande: UCDB, ano 10, n. 18. p. 115-137, 2010.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classes no Brasil do século XXI. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v.5, n.10, p. 92-122, ago. 2010.